

**Maria de Nazaré Silva
Gouveia dos Santos**

O INSTITUTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA CRIMINAL E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

**Um estudo comparativo
entre o Brasil e a Argentina**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SA237i

Santos, Maria de Nazaré Silva Gouveia dos

O instituto da medida de segurança criminal e a dignidade da pessoa
humana : um estudo comparativo entre o Brasil e a Argentina / Maria de
Nazaré Silva Gouveia dos Santos. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

196 p. : il., fotos, tabelas ; 23 cm.

Bibliografia : p. 149-159.

Inclui anexos.

ISBN 978-85-519-1494-6

1. Dignidade da pessoa humana. 2. Direito penal. 3. Política criminal.
4. Medida de segurança. 5. Execução penal. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
CAPÍTULO 1	
Os direitos humanos como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional contemporânea	9
1.1 Aspectos Gerais.....	9
1.2 Concepções Contemporâneas dos Direitos Humanos	11
1.3 A Constitucionalização Internacional dos Direitos Humanos	13
1.4 Os Direitos Humanos Fundamentais e sua Efetiva Aplicabilidade.....	17
1.5 Análise Política do Constitucionalismo Brasileiro e Argentino e a Conquista dos Direitos Humanos Fundamentais	20
1.5.1 Constitucionalismo brasileiro	21
1.5.2 Constitucionalismo argentino.....	25
CAPÍTULO 2	
O princípio da dignidade da pessoa humana.....	31
2.1 Aspectos Gerais	31
2.2 A Dimensão e o Significado do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	32
2.3 A Constitucionalização do Princípio da Dignidade	35
2.4 Dignidade como Limite e Tarefa do Estado e da Comunidade	37
2.5 O Princípio da Dignidade e sua Relação com o Sistema Prisional.....	39
2.6 A Dignidade do Apenado e do Internado submetido à Medida de Segurança sob a Custódia do Estado.....	41
CAPÍTULO 3	
Dogmática jurídico-penal e política criminal.....	47
3.1 Aspectos Gerais.....	47
3.2 Dogmática Jurídico-penal	47
3.3 Influências da Dogmática Penal na Política Criminal	49
3.4 A Dogmática Penal e a Limitação do Jus Puniendi	51
CAPÍTULO 4	
O direito penal como meio de controle social.....	53
4.1 Aspectos Gerais.....	53
4.2 O Direito Penal como Instrumento de Controle Social Normativo.....	54
4.3 Relações entre Direito Penal, Criminologia e Política Criminal	57
4.4 O Caráter Subsidiário do Direito Penal	59
4.5 Sistema Penal e Direitos Fundamentais.....	59
4.6 Sistema Penal e Política Criminal.....	60

CAPÍTULO 5

Execução penal	63
5.1 Aspectos Gerais.....	63
5.2 Conceito e Função	64
5.3 Natureza Jurídica	64
5.4 Objetivos	65
5.5. Os Princípios Constitucionais na Lei de Execução Penal Brasileira	67
5.6 Da Assistência ao Condenado e ao Internado.....	73
5.7 Direitos e Deveres dos Reclusos.....	77
5.8 A Importância da Participação da Comunidade na Execução Penal	79

CAPÍTULO 6

Medida de segurança	83
6.1. Aspectos Gerais.....	83
6.2. Evolução Histórica	84
6.3 Conceito do Instituto	91
6.4 Natureza Jurídica	93
6.5 Pressupostos de Aplicabilidade	95
6.6 Finalidades	98
6.7. Espécies da Medida de Segurança na Legislação do Brasil e Argentina	99
6.8 Distinções entre Pena e Medida de Segurança	105
6.9 Aplicação da Medida de Segurança.....	109
6.9.1 A conversão entre as espécies	111
6.9.2 Desinternação: Perícia Médica	112
6.9.3 Prescrição.....	115
6.10 Princípios Constitucionais e a Medida de Segurança	116
6.10.1. Princípio da Legalidade	117
6.10.2. Princípio da Proporcionalidade.....	119
6.10.3 Princípio da Ultima Ratio	121
6.10.4. Princípio da ampla defesa e do contraditório.....	121
6.10.5 Princípio da Dignidade da pessoa humana.....	123
6.11 Reforma Psiquiátrica e Medidas de Segurança - A Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica) e Lei nº 26657, regulamentada pelo Decreto 603/2010.....	127
6.12 Limitação Temporal da Medida de Segurança.....	130
6.13 Cessação da Periculosidade: Análise Crítica	134
6.14 A (In) constitucionalidade na Medida de Segurança	137
Considerações finais	143
Referências	149
Anexos	161